

2 Dos preâmbulos

*Portugal é a nau errante no
mar tempestuoso da sua História*
J. C. de Oliveira Martins

A vocação para as conquistas e para o desbravamento do mar faz parte da construção do imaginário português. Desde a fundação de Portugal, o desejo de expansão do território foi algo marcante na história lusitana, que pode ser considerada como um grande repositório de mitos, segundo Eduardo Lourenço. Entretanto, o desejo português de se tornar uma potência imperial ultramarina foi sofrendo reveses durante os séculos, fazendo de Portugal um país melancólico e nostálgico.

2.1. Do império português: Mar, História, Literatura

*Grande oceano, principal sepultura dos portugueses
depois que começaram seus descobrimentos.*
João de Barros

A partir dos preâmbulos da fundação de Portugal e por seu primeiro rei, D. Afonso Henriques – Afonso I –, filho de D. Henrique de Borgonha e de D. Teresa, conhecido como *El-Rei Fundador* ou *O Conquistador*, começaremos nosso estudo.

A nossa opção na escolha de Afonso Henriques deve-se ao fato de ser ele, além de fundador de Portugal, o primeiro em que o desejo de consolidação e de expansão do reino foi a força motriz do seu reinado, revelando, dessa forma, desde a gênese da nação portuguesa, a obsessão pela dilatação do império lusitano.

Após a morte de D. Henrique, D. Teresa enamorou-se do jovem conde Fernão Peres de Trava. Apoiado pelo povo, D. Afonso I lutou contra sua própria mãe, naquela batalha que ficou conhecida como de São Mamede, em 1128. A vitória nesta batalha pode ser considerada de grande importância no processo de independência de Portugal.

A importância desse fato histórico revela-se nas belas passagens d'*Os Lusíadas*, inclusive fazendo menção ao aprisionamento da própria mãe por Afonso I:

Mas já o Príncipe claro o vencimento
Do padrao e da inica¹ mãe levava;
Já lhe obedece a terra, num momento,
Que primeiro contra ele pelejava;
Porém, vencido de ira o entendimento,
A mãe em ferros ásperos atava;
Mas de Deus foi vingada em tempo breve.
Tanta veneração aos pais se deve!²

A Batalha de São Mamede, considerada por Eduardo Lourenço o primeiro grande trauma da história portuguesa³, é comentada por Damião Peres, importante historiador português do século XX, que, baseado em palavras de Alexandre Herculano, discorre acerca da antiga lenda com relação ao aprisionamento da mãe por parte de Afonso Henriques:

Uma lenda antiga assegurou por largo tempo que o filho aprisionara a mãe, conservando-a em ferros no castelo de Lanhoso; há muito se crê ter-se contentado com sabê-la afastada do governo de Portugal. Como escreveu Herculano, “não desdiz essa tradição dos costumes ferozes do tempo, mas desdiz dos monumentos coevos, que não a autorizam”.⁴

Dom Afonso Henriques, el-rei fundador da nacionalidade portuguesa, é um marco na história lusitana por suas vitórias no processo de conquista da independência. Nesse processo, temos, por exemplo, o registro da Batalha de Ourique, travada em 1139, em que diz a história / lenda, que Cristo confirmou a promessa de vitória lusitana:

[...] a visão de Ourique: na véspera da batalha, Afonso Henriques vira aparecer o Cristo, que lhe prometera vitória. Uma vez esta obtida, fora em lembrança da aparição do Cristo que o rei vencedor dera às armas de Portugal sua forma definitiva: cinco escudos dispostos em cruz, lembrando os cinco reis mouros

¹ Utilizaremos, nesta tese, a edição d'*Os Lusíadas* de Emanuel Paulo Ramos, na qual o autor tem o cuidado de pôr em itálico os termos cuja grafia e fonética mantêm a forma arcaizante utilizada por Camões.

² CAMÕES, Luís de. “*Os Lusíadas*”. Porto: Porto Editora, s/d, p.89 (III, 33)

³ Cf. LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

⁴ PERES, D. apud MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. – 10ª ed. – Volumes I. Lisboa: Palas Editores, 1984, p. 77.

vencidos, ao mesmo tempo que as feridas do Cristo crucificado; trinta dinheiros inscritos nos escudos, os trinta dinheiros da traição de Judas.⁵

Tem-se, assim, uma explicação simbólica da origem das quinas utilizadas no brasão português. A Batalha de Ourique também é mencionada nos versos épicos de Camões. O miraculoso surgimento de Cristo frente a Afonso Henriques crava no inconsciente coletivo português a certeza de uma nação conduzida pela própria mão divina, gerando a crença de que os reis portugueses seriam escolhidos e protegidos por Deus, na busca do tão desejado Império:

A matutina luz, serena e fria,
As Estrelas do Pólo já apartava,
Quando na Cruz o Filho de Maria,
Amostrando-se a Afonso, o animava.
Ele, adorando Quem lhe aparecia,
Na Fé todo inflamado assi gritava:
“Aos Infiéis, Senhor, aos Infiéis,
E não a mi, que creio o que podeis!”

Com tal milagre os ânimos da gente
Portuguesa inflamados, levantavam
Por seu Rei natural este excelente
Príncipe, que do peito tanto amavam;
E diante do exército potente
Dos inimigos, gritando, o céu tocavam,
Dizendo em alta voz: – “Real, real,
Por Afonso, alto Rei de Portugal!”⁶

Após a Batalha de Ourique, Afonso Henriques denomina-se Rei de Portugal, título reconhecido por Leão e Castela em 1143, pelo Tratado de Zamora, e reconhecido por Roma somente em 1179. Cleonice Berardinelli, em seu estudo sobre a obra de Camões, diz que “Ourique é o primeiro passo na dilatação da fé e do Império”⁷, Império este que será vislumbrado durante o século XV, quando Portugal dá início à expansão ultramarina, em 1415, com a tomada de Ceuta, em Marrocos. E é com a conquista de Ceuta, pelas tropas comandadas pelo rei D. João I, que Portugal mergulha em uma profunda euforia ultramarina. Em seu livro *O Descobrimento das Índias – O Diário de Viagem de Álvaro Velho*, Eduardo Bueno tece o seguinte comentário a respeito da Conquista de Ceuta:

⁵ VALENSI, Lucette. “*Fábulas da memória: a batalha de Alcacer Quibir e o mito do sebastianismo*”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 141.

⁶ CAMÕES, Luís de. Op. Cit., p. 140 (III, 45-46).

⁷ BERARDINELLI, Cleonice. “*Estudos camonianos*”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 57.

Foi nessa cidade árabe, localizada na ponta sul do estreito de Gibraltar, que D. Henrique ouviu falar das caravanas de camelos que cruzavam o Saara, carregadas de ouro, indo da Guiné para o Marrocos. Disposto a interceptá-las em seu ponto de partida, o Infante começou a enviar expedições marítimas com o objetivo de costear o perigoso e desértico litoral africano que se prolongava para o sul das Ilhas Canárias.⁸

Além da tomada de Ceuta, durante o século XV, Portugal conquistou posições na costa oeste da África – a dobragem do Bojador, em 1434, chegando a Serra Leoa, em 1460 – e, mais enfaticamente, a partir de 1470, com o ainda príncipe D. João – *O Príncipe Perfeito* –, sucessor de Afonso V no trono português, que a coroa lusitana “incrementou as navegações ao longo da costa equatorial da África.” Quando assume o reinado em 1481, *O Príncipe Perfeito*, agora D. João II, obtém, “por bula papal, o monopólio da navegação e do comércio com todas as terras localizadas ao sul das Canárias”⁹. Sobre a expansão portuguesa e suas representações, Flavio García tece o seguinte comentário:

Com a instauração da dinastia de Avis, Portugal ingressa em uma nova fase de sua história: tendo seu direito à vida autônoma na Península e a força de sua consciência nacional afirmados, entrega-se à expansão ultramarina. Conquistar Ceuta, plano traçado pelo príncipe de Avis, representava, de uma só vez, plantar uma base naval necessária ao auxílio ao tráfego mercantil pelo Continente Africano e desfechar um profundo golpe no Islão, naqueles tempos em que era forte o apego ao primado espiritual, com a Igreja sustentando e fomentando a Guerra Santa. Reuniam-se, em uma única investida, os ganhos comerciais e as graças e benesses advindas da ação papal. A expansão portuguesa ganhava, assim, feições de cruzada.¹⁰

As palavras de Flavio García acabam por dialogar com a máxima encontrada no estudo sobre o Império marítimo Português de Charles Boxer: “Em nome de Deus e do Lucro”¹¹. É notória a estreita ligação entre Fé e Império no ideário expansionista português. Padre António Vieira, figura emblemática da história e da literatura portuguesas, em *História do Futuro*, comenta a relação entre mercadores e religiosos. A ida dos pregadores cristãos a terras do Oriente

⁸ VELHO, Álvaro. *O descobrimento das Índias: o diário da viagem de Vasco da Gama*. Introdução, notas e comentários finais – Eduardo Bueno. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, p. 15.

⁹ *Ibidem*, p. 15.

¹⁰ GARCÍA, Flavio. “Reflexos da expansão portuguesa no teatro vicentino” in: *Convergência Lusitana; n° 11 (RGPL/RJ)*. Rio de Janeiro: s/ed., s/d, p. 60.

¹¹ BOXER, Charles. *O império marítimo português – 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 34.

estaria condicionada aos mercadores, que buscavam o acúmulo de riquezas. Segundo o jesuíta:

Se não houvesse mercadores que fossem procurar os tesouros da terra no Oriente e nas Índias Ocidentais, quem transportaria para lá os pregadores que levam os tesouros celestes? Os pregadores levam o Evangelho e os mercadores levam os pregadores.¹²

Chegar às Índias. Este era o objetivo principal da expansão portuguesa. Várias investidas rumo ao oriente foram realizadas, tendo destaque a do navegador Diogo Cão que, por engano, acreditou que havia chegado ao extremo sul da África, mas que conseguiu alcançar pontos importantíssimos pela costa oeste africana¹³, e a de Bartolomeu Dias, que, à procura do lendário soberano cristão em terras do oriente, Preste João, é o primeiro a passar pelo Cabo das Tormentas – tornado Cabo da Boa Esperança –, em 1488. Bartolomeu Dias pode ser considerado um dos grandes desbravadores portugueses, pois por ele Portugal teria a certeza que seria possível navegar por *mares nunca dantes navegados*, chegando às Índias contornando o sul da África e adentrando, dessa forma, o Oceano Índico, rota que “oferecia ao monarca a certeza de que o caminho para a Índia não era uma quimera mas uma realidade”¹⁴, encerrando definitivamente a lenda de um mar tenebroso, que “descrevia um oceano habitado por seres estranhos e mergulhado em escuridão constante, onde todos os navios naufragariam nas ondas medonhas ou nas águas ferventes”¹⁵. Segundo o historiador português Oliveira Marques:

Durante muito tempo os portugueses da Idade Média, como os Europeus em geral, hesitaram entre a vontade de seguir além, para ocidente e para sul, e o temor de não regressar mais. Era necessária a pressão de grande número de forças poderosas para vencer esse medo e forçá-los a ir.¹⁶

Em 1498, já no reinado de D. Manuel I, *O Venturoso*, ocorre um dos maiores, se não o maior feito da história ultramarina portuguesa – Vasco da Gama contorna o continente africano, chegando finalmente ao Oriente, às Índias.

¹² VIEIRA apud BOXER. Op. Cit., p. 80.

¹³ Cf. VELHO, A. Op. Cit. p. 16.

¹⁴ TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 26.

¹⁵ MARQUES, A. H. O. Op. Cit., p. 242.

¹⁶ *Ibidem*, p. 242.

A rota oceânica, percorrida por Vasco da Gama, torna-se “o maior acontecimento desde a criação do mundo, depois da encarnação e da morte daquele que o criou”¹⁷, como diz o historiador espanhol Francisco López de Gómara.

Interessante notar que logo após a coroação de D. Manuel I, o Conselho Geral do reino, em sua maioria, “revelou-se radicalmente contrário à idéia de continuar enviando expedições para descobrir o caminho marítimo para as Índias”¹⁸, devido ao alto custo das expedições e à descrença em relação à conquista portuguesa em terras do oriente. Em pouco tempo, a Carreira da Índia – nome dado a tal rota portuguesa para o oriente –, tornou-se objeto de desejos de diversos setores da sociedade portuguesa. O historiador português José Tengarrinha, analisando o lucro proveniente das viagens à Índia, o que contrariou as expectativas do Conselho de D. Manuel I, diz:

Uma nau da Índia custava em 1506 com a carga cerca de 8 contos de réis. Quando chegava ao Malabar, esses 8 contos passavam milagrosamente a 20. Mas esta mesma nau, quando regressava a Lisboa, tinha a sua carga avaliada em 100 contos de réis.¹⁹

O valor da carga podia atingir os 3 milhões de cruzados ouro.²⁰

A expansão europeia, segundo Tengarrinha, “repercutiu profundamente nas mentalidades e na ideologia”²¹. E, utilizando os conhecidos versos de Camões, o historiador assevera o caráter transitório do período, pois “mudavam-se os tempos e as vontades, atropelavam-se os códigos da moral, mudavam-se as idéias, mudava-se a própria mudança”²². Mesmo com todos os sacrifícios de pessoas e dinheiro, a expansão na costa da África renovou a economia portuguesa, prometendo melhores condições de vida.²³ Utilizando ainda as palavras de Tengarrinha sobre as descobertas marítimas, percebemos que

[...] os vocábulos que neste século passaram a designar esse prodigioso movimento coletivo foram descobrimentos, expansão, evangelização, império, encontro de

¹⁷ BOXER, C. Op. Cit., p. 15.

¹⁸ VELHO, A. Op. Cit., p. 29.

¹⁹ COELHO, António Borges. “Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI)”. In: TENGARRINHA, J. Op. Cit., p. 70.

²⁰ Ibidem, p. 62.

²¹ Ibidem, p. 73.

²² Ibidem, p. 73.

²³ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. “O final da Idade Média”. In: TENGARRINHA, J. Op. Cit., p. 38.

civilizações, dialética do outro e do mesmo, civilizar, escravagismo, colonialismo, construção de novas nações e países, tempo da descoberta do nu e das vergonhas, passagem do particular ao universal, que sei eu ou, colocando-nos no nível dos impulsos, espírito da cruzada, fome do ouro e das riquezas, estratégia planetária antimuçulmana e antiturca, morrer pela fé.²⁴

Em 1500, as caravelas lusitanas atravessam o Oceano Atlântico, chegando ao continente americano, tendo como consequência o “achamento” de terras brasileiras, por Pedro Álvares Cabral. Em 1511, há o estabelecimento da capital oriental em Goa, a capital do Estado Português da Índia. Sobre a expansão marítima portuguesa, José Tengarrinha tece alguns comentários a respeito da sede de riqueza e de poder, e da expansão da fé cristã em terras até então desconhecidas:

A fome do ouro e das riquezas, o cheiro da canela, a fama, o medo com as suas correias de obediência, a ânsia do poder, a fé em Deus, essencial para esconjurar os demônios e a morte e para o perdão dos horrorosos pecados, o espírito de aventura, o desejo de ir mais além, o apelo do desconhecido.²⁵

Os reflexos do desejo de expansão do Império português e da Fé cristã podem ser vistos, por exemplo, no texto de Gil Vicente – *Auto da Barca do Inferno*, de 1517 –, no qual os quatro cavaleiros que lutavam no norte da África, a serviço da Fé e do Império, são os únicos esperados pelo Anjo, que os conduzirá ao Paraíso:

Ó cavaleiros de Deus,
A vós estou esperando,
Que morrestes pelejando
Por Cristo, Senhor dos Céus!
Sois livre de todo o mal,
Santos por certo sem falha,
Que quem morre em tal batalha
Merece paz eternal.²⁶

Porém, como foi dito anteriormente, a obra-chave do projeto expansionista português é, sem sombra de dúvida, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. A epopeia camoniana acabou enraizando-se no imaginário coletivo português. Nas duas primeiras estrofes da Proposição épica, percebe-se a presença do ideal de dilatação da Fé e do Império lusitano:

²⁴ COELHO, A. B. Op. Cit., p. 59.

²⁵ Ibidem, p. 61.

²⁶ VICENTE, Gil. *Auto da Barca do Inferno*. São Paulo: Martin Claret, 2002, 105.

As Armas e os *barões* assinalados
 Que, da Ocidental praia Lusitana,
 Por mares nunca dantes navegados,
 Passaram ainda além da *Taprobana*,
 Em perigos e guerras esforçados
 Mais do que prometia a força humana,
 E entre gente remota edificaram
 Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
 Daqueles Reis que foram dilatando
 A Fé, o Império, e as terras viciosas
 De África e de Ásia andaram devastando,
 E aqueles que por obras *valerosas*
 Se vão da lei da Morte libertando:
 Cantando espalharei por toda parte,
 Se a tanto me ajudar o engenho e arte.²⁷

Nota-se que, na epopeia, é apresentado um herói coletivo, os portugueses, que, cheios de coragem, vão edificar um reino sublimado: a Índia. O Poeta diz que cantará a memória dos Reis que lutaram pela expansão de Portugal contra os infiéis mouros – não-cristãos da África – e, que esses reis ficarão vivos eternamente na memória do povo.

O desejo megalômico de fazer de Portugal um grandioso Império pode ser notado na estrofe seguinte, quando o Poeta afirma que o objeto cantado serão feitos ainda maiores do que os de Ulisses – na *Odisseia*, de Homero – e os de Enéias – na *Eneida*, de Virgílio:

Cessem do sábio Grego e do Troiano
 As navegações grandes que fizeram
 Cale-se de Alexandro e de Trajano
 A fama das vitórias que tiveram;
 Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
 A quem Neptuno e Marte obedeceram,
 Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
 Que outro valor mais alto se alevanta.²⁸

Contudo, o sonho expansionista português começa a ruir no próprio século XVI. Os sinais de crise já são percebidos por D. João III. O império ultramarino, muito vasto, dificultava o seu controle pela coroa portuguesa. As ameaças muçulmanas no norte de África, a tentativa de retomada do comércio de especiarias pelos turcos no Oceano Índico e a presença dos franceses, holandeses,

²⁷ CAMÕES, L. Op. Cit., p.71 (I, 1-2).

²⁸ Ibidem, p. 71 (I, 3)

ingleses e espanhóis, desafiando as rotas marítimas para as Índias, tornam insustentável a empresa imperial portuguesa, levando D. João III a começar a abandonar o projeto de Império no oriente, voltando os olhos para o Brasil e dando início ao processo de colonização no Novo Mundo.

Após a morte de D. João III, em 1557, Portugal começa a enfrentar uma grande instabilidade política. Como o herdeiro natural do trono, o seu neto D. Sebastião, tinha pouco mais de três anos de idade, o Cardeal D. Henrique de Évora, tio-avô de D. Sebastião, reclama a regência. No entanto, quem assume a coroa é D. Catarina, avó de D. Sebastião e viúva de D. João III. Em 1567, porém, o Cardeal D. Henrique consegue afastar a rainha e assumir a regência. Por uma manobra política de D. Catarina, D. Sebastião é considerado maior de idade com apenas quatorze anos, assumindo, assim, finalmente, a coroa portuguesa em 1568.

O novo rei, último descendente vivo na linha de sucessão da coroa portuguesa, sonhava retomar os feitos portugueses, expandir a Fé e o Império. O golpe fatal ocorre em 1578, em Alcácer-Quibir, com o desaparecimento de D. Sebastião – *O Desejado* – em uma trágica campanha militar. Dois anos após a morte do rei “que tinha sido pedido a Deus com tantas lágrimas, peregrinações, procissões e esmolas”²⁹, e que “se excitava enormemente com a leitura das façanhas portuguesas no ultramar”³⁰, Portugal perde sua autonomia e passa ao domínio da Espanha.

A coroa filipina perdura em Portugal por longos sessenta anos. Em nosso ponto de vista, podemos considerar o desaparecimento de D. Sebastião como o primeiro ato de uma série de acontecimentos que se irá, melancolicamente, encenando até o final do século XIX, com o *Ultimatum*. A irrealização das promessas tão esperadas de um Império português geram uma dolorosa frustração na história e na literatura portuguesas. O passado heroico e o futuro desejado – com o retorno de D. Sebastião – tornam-se elementos-chave para explicar uma existência *carente* e uma *fraqueza nacional*. Segundo Eduardo Lourenço:

[...] a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, *era termos sido*. E dessa vida são *Os Lusíadas* a prova de fogo. O viver nacional que fora quase sempre viver sobressaltado, inquieto, mas confiado e confiante na sua estrela, fiando a sua teia da força do presente, *orienta-se nessa época para um futuro de antemão utópico pela mediação primordial, obsessiva do passado*. Descontentes com o

²⁹ BOXER, C. Op. Cit., p. 379.

³⁰ Ibidem, p. 380.

presente, mortos como existência nacional imediata, nós começamos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado.³¹

No início do século XIX, a saída da família real da metrópole devido à invasão napoleônica e a conseqüente mudança da capital do império para uma de suas colônias – o Brasil – fazem com que Portugal aumente a sensação de fraqueza frente às outras potências colonizadoras europeias. Perdendo o estatuto de *centro* normalmente atribuído ao poder, Portugal passa a ser visto, ao mesmo tempo, como um colonizador – em relação às suas colônias – mas também como um país periférico, em relação ao restante da Europa, criando um grave problema identitário no que diz respeito ao que é *ser português*.

Outro teórico que pensa a questão identitária de Portugal é Boaventura de Sousa Santos. Enquanto Lourenço privilegia a ótica psicanalítica, Boaventura Santos traça um perfil sociológico da realidade portuguesa. Ao fazê-lo, sublinha a atípica condição de Portugal, país que ocupa, a um só tempo, as simbólicas representações de centro e de periferia:

Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto [...], viajantes diplomatas e militares da Inglaterra ou da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens.³²

Boaventura de Sousa Santos assinala o fato de Portugal ser considerado “tanto por estrangeiros como pelos próprios portugueses, um enigma, uma sociedade paradoxal”³³. Ao pensar a posição de Portugal no contexto europeu, cunha inclusive a expressão *semiperiférico* para refletir a situação lusitana. Ainda segundo Boaventura, causas históricas, políticas e econômicas deram origem a essa posição que oscila entre a glória e a decadência, entre as posições de centro e de margem, colocando Portugal numa espécie de limbo:

No caso de Portugal, a função de intermédio assentou durante cinco séculos no império colonial. Portugal era o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra. Em sentido menos técnico, pode dizer-se que durante muito

³¹ LOURENÇO, E. (1988), p. 22.

³² SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 65.

³³ *Ibidem*, p.53.

tempo foi um país simultaneamente colonizador e colonizado. Em 25 de Abril de 1974 Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e ao mesmo tempo o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu.³⁴

Eduardo Lourenço também comenta a estranheza da condição de Portugal, numa “singularidade [de que] faz parte o estranhíssimo fenômeno, mais do que paradoxal”³⁵ – um pequeno reino insular e um grande descobridor e colonizador –, na situação atípica

de ter sido durante séculos uma nação que viveu e se viveu simbolicamente como uma ilha, sendo ao mesmo tempo um povo que desde os séculos XV e XVI se instalara no papel de descobridor e colonizador em terra de África, do Oriente e do Brasil. Nesse diagnóstico não era muito claro que essa situação de país isolado – e por isso em perigo – e esse alheamento, pelo menos relativo, do movimento geral da civilização e da cultura europeias, tinha uma relação íntima com esse fato, ainda hoje insólito, de uma pequena nação se ter convertido num Império. Só hoje, no fim desse Império, parece com outra evidência que a nossa situação de “ilha”, quando nos consideramos em relação à Europa, está intimamente conexas com o nosso destino imperial.³⁶

A emancipação política do Brasil, em 1822, com o apoio da Inglaterra, serve como um prenúncio do que viria a ocorrer nos fins do século XIX: o Ultimato Britânico de 1890. O *Ultimatum* pode ser considerado, segundo Lourenço, outro dos grandes traumas da História de Portugal, além do desaparecimento de D. Sebastião e da Batalha de São Mamede. A mais sentida humilhação da história portuguesa, imposta pelos ingleses para a desocupação de colônias portuguesas em África, acabou por revelar um Império em franco processo de naufrágio.

Já no século XX, o sonho expansionista e o caráter colonizador do Império lusitano encontram-se à mercê de uma melancolia devastadora, que perdura no “peito ilustre” português. Após o início da República, em 1910, Portugal enfrenta diversas crises sociopolíticas. Surge, então, António de Oliveira Salazar que, em 1926, entra no governo como Ministro das Finanças. Em 1933, é instituído o Estado Novo, regime ditatorial que se arrastaria por longas e pesadas décadas – até 1974 – e que tinha como principal arma a ideologia do nacionalismo, apoiado por grande parte da população.

³⁴ Ibidem, pp. 63-64.

³⁵ LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 95.

³⁶ Ibidem, p. 95.

O Estado Novo salazarista impunha um sistema totalitário, exaltando a Pátria, a Família e Deus, criando “uma imagem idealizada para si mesmo, a de uma pátria feliz e estável, apesar do seu isolamento no contexto europeu de guerra e guerra fria, que o lema ‘orgulhosamente sós’ do regime salazarista expressa bem”³⁷. O saudosismo, que perdurava há séculos, desde o desaparecimento de D. Sebastião, aterrava a nação numa espera constante de um grande líder, que poderia edificar o tão sublimado Quinto Império, e é justamente Salazar que busca ocupar tal posição, com a sua política de contornos imperialistas.

Durante a segunda metade do século XX, a Guerra Colonial, que perdurou de 1961 a 1974, faz apagar a última luz de um Portugal que outrora seria o Império *onde o sol nunca se punha*. A libertação das últimas colônias, na década de 70, em território africano, após o 25 de Abril – Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola – e, posteriormente, a descolonização de alguns territórios na Índia, de Timor e Macau, fazem Portugal tornar-se, como antes da expansão ultramarina, um pequeno país a oeste da península Ibérica, prisioneiro em sua própria grandeza de outrora.

2.2. Do Mito ao Mito

[...] o mito é o sonho da sociedade.
Joseph Campbell

Portugal possui em abundância todos os mitos da Europa.
Gilbert Durand

A partir das palavras que servem como epígrafes deste subcapítulo, pode-se presumir a ligação estreita entre a realidade e as lendas e mitos que perpassam a História de Portugal. Ser uma civilização de Conquistadores que tem como anseio a formação de um grande Império corrobora tal ligação mítico-histórica. Gilbert Durand, em estudo sobre o imaginário português, escreve:

Os “interesses mais poderosos”, diz-nos Bachelard, são os “interesses quiméricos”, “os interesses sonhados, não os calculados”. São precisamente estes sonhos

³⁷ PEREIRA, Maria Luiza Scher. “Espaço em questão: Portugal no romance de Cardoso Pires”. In *Semear* 5. Rio de Janeiro: Instituto Camões / PUC-Rio, p. 204.

duradouros da alma portuguesa que é necessário interrogar para tentar compreender a história lusitana.³⁸

Joseph Campbell, em *O Poder do Mito*, conceitua os mitos como “histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos”³⁹. Já Max Müller define o mundo mítico como sendo essencialmente um mundo de ilusão⁴⁰. Apesar de parecerem a princípio contraditórias, as duas definições convergem para o fato de que o homem sempre busca respostas para o sentido da existência, mesmo que tais respostas sejam por vezes apoiadas em lendas e mitos. As teorias e lendas cosmogônicas, por exemplo, buscam explicar a origem do universo e da vida e a sua destruição. K. K. Ruthven, em seu estudo intitulado *O Mito*, tece o seguinte comentário, no qual evidencia a dificuldade para defini-lo:

Aparentemente, são imunes à explicação racional, mas estimulam as pesquisas racionais; existe uma grande diversidade de interpretações contraditórias, e nenhuma delas possui o alcance suficiente para explicar definitivamente o que é mito.⁴¹

A dificuldade de uma definição de mito também é exposta por Mircea Eliade em seu livro *Aspectos do Mito*. O estudioso ressalta que o “mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares”⁴². As palavras de Eliade levam-nos novamente a Joseph Campbell, que diz que “os mitos estão intimamente ligados à cultura”⁴³.

A cultura pode ser conceituada como “todo o conjunto de actividades lúdicas ou utilitárias, afectivas e intelectuais que caracterizam, especificamente, um determinado povo”⁴⁴, e é o caráter conquistador de Portugal, a sua vocação para o mar, o que fará da Cultura Portuguesa um repositório de mitos. A atitude cultural portuguesa de “contemplação feliz e maravilhada de si mesma”⁴⁵, que por séculos povoou o imaginário lusitano, criou a ilusão de um povo eleito, povo este

³⁸ DURAND, Gilbert. *Imagens e reflexos do imaginário português*. Lisboa: Hugin, 2000, p. 87.

³⁹ CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990, p. 15.

⁴⁰ Cf. CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p.19.

⁴¹ RUTHVEN, K. K. *O Mito*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1997, p. 13.

⁴² ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 12.

⁴³ CAMPBELL, J. Op. Cit., p.72.

⁴⁴ SARAIVA, António José. *O que é a cultura?* Lisboa: Difusão Cultural, 1993, p. 43.

⁴⁵ LOURENÇO, E. (1999), p. 9.

que possuiria o papel de “descobridor de novas terras e novos céus”⁴⁶, colocando-se no centro do mundo, “uma espécie de Israel católico”⁴⁷. Vê-se, portanto, que “o mito [...] pertence por definição ao *colectivo*, justifica, apoia e inspira a existência e a acção de uma comunidade, de um povo”⁴⁸, em que “o passado surge como uma dimensão do além”⁴⁹.

Gilbert Durand, em seu estudo sobre o imaginário – “a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente”⁵⁰ –, desenvolve a tese dos mitologemas na cultura portuguesa. Os quatro mitologemas propostos por ele “convergem para um foco único: a paixão do *além*, o absoluto ‘ex-otismo’ do imaginário”⁵¹.

O primeiro deles, do “herói fundador vindo de fora é um dos mais arquetípicos, isto é, mais universais”⁵². A lenda segundo a qual o fundador mitológico da Lusitânia seria Luso, filho de Baco, advindo da mitologia romana; o fato de D. Henrique de Borgonha, filho de um Rei da Hungria⁵³, ser considerado o primeiro Chefe do Estado português – o condado portugalense –, o mito de Ulisses ser o fundador de Lisboa e de o próprio padroeiro da cidade de Ulisses ser São Vicente, um estrangeiro, de Saragoça ou Valência, “cujo corpo martirizado foi trazido pelas ondas até o ‘Sacro Promontório’”⁵⁴ asseveram o mitologema de Durand, dando a Portugal, desde a sua gênese, o caráter transcendente e mítico.

O segundo mitologema proposto por Durand é o da “vocalção nostálgica do impossível”⁵⁵, cuja lógica interna remete ao “mitologema do Além do Oceano, e os seus perigos, à audácia do impossível”⁵⁶, ligado diretamente ao sonho. Como diz Durand, “a ‘Boa Esperança’ exorcizava [...] a ‘Tormenta’ mortífera e abria a rota das Índias”⁵⁷. A esperança, segundo este mitologema, “reencontra o seu princípio de transcendência, uma vez que navega no próprio coração do desespero

⁴⁶Ibidem, p. 10.

⁴⁷Ibidem, p. 10.

⁴⁸CALLOIS, Roger. *O Mito e o Homem*. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 113.

⁴⁹ELIADE, M. Op. Cit, p. 104.

⁵⁰DURAND, Gilbert. *O Imaginário*. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004, p.117.

⁵¹DURAND, G. (2000). p, 98.

⁵²Ibidem, p. 88.

⁵³D. Henrique de Borgonha é filho do Duque Henrique de Borgonha, herdeiro do Duque Roberto de Borgonha. Mesmo com a sua genealogia ligada à França, Durand diz que D. Henrique é filho de um rei da Hungria. N’*Os Lusíadas*, há também a ascendência húngara de D. Henrique (III, 25).

⁵⁴DURAND, G. (2000), p. 89.

⁵⁵Ibidem, p. 91.

⁵⁶Ibidem, p. 91.

⁵⁷Ibidem, p. 91.

terrestre”⁵⁸. E talvez seja a partir desta “esperança desesperada”⁵⁹, que é exprimida por essa nostalgia do impossível, que se chega ao significado, como diz Durand, da “famosa saudade portuguesa”⁶⁰. A lenda histórica que “simboliza a ruptura irremediável e irreversível que projecta o princípio de esperança para o Além, o Além do ‘fim do mundo’”⁶¹, é a de Pedro, *o Cru*, e Inês de Castro – *a mísera e mesquinha / Que depois de ser morta foi rainha*. “A patética paixão pelo impossível, pelo objecto inacessível irremediavelmente pela morte”⁶² é cantada por Camões – n’*Os Lusíadas* –, por Garcia de Resende – nas *Trovas à morte de Inês de Castro* – e por António Ferreira – na tragédia *A Castro*, configurando-se numa das histórias mais conhecidas de Portugal.

O terceiro mitologema “é o do salvador, do rei que espera, *escondido*, a hora do regresso”⁶³. D. Sebastião, *O Desejado*, após o seu desaparecimento em Alcácer-Quibir, assume o papel do mito do Rei oculto. Segundo Charles Boxer:

A humilhante derrota e o desastroso aniquilamento da expedição, porém, não levaram o povo a acusar o rei pela obstinada loucura e inépcia militar, e ainda menos a execrar a memória dele. Ao contrário, dom Sebastião começava a ser considerado um herói trágico de proporções épicas, cujo desaparecimento era apenas temporário, e que um dia voltaria para redimir o desastre de Alcácer Quibir, conduzindo a nação a novos apogeus de conquista e glória.⁶⁴

Muito mais do que seu valor como Rei, o que confere a D. Sebastião uma imagem mítica é o fato de Portugal, na época, ser tão frágil quanto o próprio Rei. Sem um herdeiro da coroa, perder o Rei seria consequentemente perder o próprio reino:

O ritual do poder já interiorizara com força suficiente a ideia de que um rei morre, mas não morre um rei sem que a sua morte seja fim do reino. E do reino ninguém queria nem podia querer o fim. Sobretudo o povo anônimo – que não tinha reino senão porque tinha rei. Que mais explicações são necessárias para compreender a gênese, a fortuna e as sucessivas metamorfoses de um mito que se tem ajustado como uma luva à existência sempre em transe de si mesma do nosso mortal e imortal reino?⁶⁵

⁵⁸ Ibidem, p. 91.

⁵⁹ Ibidem, p. 92.

⁶⁰ Ibidem, p. 92.

⁶¹ Ibidem, p. 92.

⁶² Ibidem, p. 93.

⁶³ Ibidem, p. 93.

⁶⁴ BOXER, C. Op. Cit., p. 381.

⁶⁵ LOURENÇO, E. (1999), pp. 46-47.

Tendo como o mais destacado sebastianista o Padre António Vieira, a crença em que o Messias português viria para restaurar a independência e elevar o reino à condição de Quinto Império perdurou em Portugal por diversos anos e transformou-se em ideologia, com a imagem do Rei que vaguearia pelo mundo, e voltaria a Portugal entre as brumas para instaurar uma Monarquia Universal. Tal mito pode ser relacionado ao *Livro de Daniel*, do Antigo Testamento, que em sonhos prenuncia que “o Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído; este reino não passará a outro povo; esmiuçarà e consumirá todos estes reinos, mas ele mesmo subsistirá para sempre”⁶⁶. O Sebastianismo é, portanto, “uma espécie de quixotismo lusitano que afirma a surrealidade do sonho em que vive um povo contra as mesquinhas verdades dos Sancho Pança”⁶⁷.

O quarto e último mitologema exposto é o chamado “Bodas de Caná”⁶⁸, o “mitologema da transubstanciação, da transformação milagrosa da água em vinho ou do pão dos pobres em rosas”⁶⁹. A *Rainha Santa* Isabel, esposa de D. Dinis, mãe de Afonso IV, é uma santa de grande devoção em Portugal, devido à sua taumaturgia. O tom mítico faz-se presente na história da *Rainha Santa* com a operação do milagre dos pães transformado em rosa, e também do milagre inverso, das rosas transformadas em pão para os pobres. Há ainda o milagre parecido com o de Cristo, o da água convertida em vinho. Segundo Durand, “ver rosas no lugar de pão, ver o sangue de Cristo em vez de vinho, é ver ‘com os olhos da alma’ – *per interiores oculos*”⁷⁰, que irão, em Portugal, “iluminar a conquista dirigida para o além do mundo, para ‘os mundos’ que Portugal ‘deu ao Mundo’”⁷¹.

A relação do mito com a história é pensada por K. K. Ruthven. O teórico afirma que tanto o mito como a história são passados apenas por relatos, tornando os eventos míticos passíveis de se tornarem históricos, e estes, de serem mitificados:

⁶⁶ BÍBLIA, A.T. Daniel. Português. *Bíblia Sagrada*. Reed. Versão de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Cap. 2, vers. 44.

⁶⁷ DURAND, G. (2000), p. 181.

⁶⁸ Durand utiliza o termo “Complexo de Canaã”, que a nosso ver não seria o mitologema da transubstanciação, mas sim o complexo de os portugueses acreditarem que Portugal seria a *Terra Prometida*; complexo este que não é tocado pelo estudioso.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 96.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 97.

⁷¹ *Ibidem*, p. 98.

[...] a incursão do mito na história complementa-se pela invasão do âmbito dos mitos pela história, porque ambos os processos tentam evadir a inefabilidade dos eventos isolados: por compreender que o realmente acontecido é conhecível somente através de um relato do que aconteceu.⁷²

E como “todos os caminhos vão dar a Camões” – assertiva de José Saramago, em seu livro, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* –, pode-se ressaltar a importância da epopeia camoniana no que diz respeito à mitificação da História. *Os Lusíadas*, obra que carrega consigo o símbolo da identidade nacional, alça os reis a grandes heróis da pátria, que lutaram gloriosamente desde a fundação da nacionalidade, com o objetivo de dilatar a Fé e o Império, dando-lhes a dimensão mítica dos grandes heróis da Antiguidade Clássica. Os feitos da nação são celebrados por Camões, mantendo os mitos vivos no inconsciente coletivo lusitano. Como diz Joseph Campbell, as pessoas capazes de manter os mitos vivos são os artistas. “A função do artista é a mitologização do meio ambiente e do mundo”⁷³, algo que o “Príncipe dos Poetas” portugueses fez perfeitamente. Sobre a épica camoniana, diz Gilbert Durand:

por detrás desta história épica permanece um imutável terreno imaginário de lendas privilegiadas em que parecem germinar e florir os feitos de conquista da história portuguesa.⁷⁴

Para Helder Macedo, “a história é feita de palavras, não de feitos: os feitos morrem. O que perpetua os feitos é a escrita”⁷⁵. Desde a era greco-romana, as navegações ocupam um lugar de destaque no que tange às conquistas e às aventuras de personagens emblemáticos da história, que acabam perpetuando-se através dos mitos criados em torno de suas façanhas. Pode-se dizer que Homero e Virgílio fornecem a matéria-prima para a perpetuação de seus heróis míticos. Ruthven, a respeito de tal perpetuação, diz:

Mas certamente, no início o mito é tanto a obra de um indivíduo quanto o são uma balada ou um poema épico: alguém tem de fornecer a matéria-prima que posteriormente outros poderão aumentar e modificar.⁷⁶

⁷² RUTHVEN, K. K. Op. Cit., p. 22.

⁷³ CAMPBELL, J. Op. Cit., p. 98.

⁷⁴ DURAND, G. (2000), p. 87.

⁷⁵ Entrevista concedida ao programa “Grandes Livros”, do canal português RTP2, em 2009.

⁷⁶ RUTHVEN, K. K. Op. Cit., p. 89.

E é Vasco da Gama, o capitão escolhido por D. Manuel I, o herói da épica de Camões, representando todo o povo português, cuja aventura será mitificada. A viagem de Vasco da Gama à Índia é considerada uma metonímia de todas as navegações portuguesas⁷⁷ e, como nos mostra Vitorino Magalhães Godinho, “as navegações tendem a inscrever-se nos mitos, a transpor-se em utopias”⁷⁸. A dimensão da empreitada portuguesa talvez não tenha sido imaginada nem pelos próprios portugueses. As navegações rompem o pequeno espaço finito ao ocidente da Península Ibérica e adentram o oceano infinito – o *Além-Mundo* –, trilhando caminhos antes nunca imaginados e agora inaugurados pelos barões escolhidos:

É a vertigem de homens que partiram através do desconhecido e começam a conhecer o que lhes estava oculto, dando-se conta de que as dimensões a abarcar a ultrapassam em muito as que suspeitavam; vertigem do espaço, cuja escala excede as suas expectativas e onde ainda não sabiam situar-se, nem o sabem medir.⁷⁹

Eduardo Lourenço, em seu artigo *As Descobertas como mito e o mito das Descobertas*, traz as palavras de Montaigne quando diz que “os factos são interpretações”⁸⁰, acrescentando

Uma interpretação que dura pode ser uma boa definição de *mito*. Toda a leitura do nosso passado como digno de memória está suspensa do *facto* Descobertas. E como essa leitura é uma trama densa de textos em que esse *facto* se comentou, glosou, cantou, analisou, mais raramente se discutiu, nela e com ela se constitui o mito português por excelência de povo descobridor.⁸¹

O discurso mítico em Portugal articula-se diretamente com as Descobertas – o mito do progresso –, permitindo que sua época áurea seja constantemente revivida, num aspecto destacado por Maria do Carmo Pandolfo, ao discutir sobre os personagens míticos que se instauram na atemporalidade, e que se tornam sempre presentes no imaginário cultural de um povo:

[...] os personagens [...] tornam-se presentes, os acontecimentos são revividos, o “tempo forte” em que ocorreram pela primeira vez é reintegrado pela força do mito. Instaura-se um presente atemporal.⁸²

⁷⁷ Cf. BERARDINELLI, C. Op. Cit., p. 20.

⁷⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar – séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, p. 64.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 58.

⁸⁰ LOURENÇO, E. (1991), p. 139.

⁸¹ *Ibidem*, p. 139.

⁸² PANDOLFO, Maria do Carmo Peixoto. *Joana d'Arc: semiologia de um mito*. Rio de Janeiro: Grifo, 1977, p. 14.

Navegar pelos mares nunca dantes navegados, desbravando o que outrora era considerado o Mar Tenebroso, com seus monstros e lendas, adentrando as terras inabitáveis e encontrando o Outro dão margem ao surgimento de diversos mitos:

Concepções de conjunto como até visões regionais ou locais embebiam-se na floresta dos mitos e símbolos, e a simbolização mítica é que traçava os ‘espaços’. [...] o Preste João, em palácios de ouro em cidades aonde só chegava quem conseguisse atravessar desertos inhóspitos e serras fragosas; mas, no termo, para os eleitos, a riqueza do ouro, a felicidade. Por toda a parte, seres (humanos?) – de estranhas formas, vindos da geografia mítica da decadência romana. Pigmeus e gigantes são ou não os seres que os navegadores avistam em África – uns, nas Américas; em especial na Terra do Fogo, os outros?

[...]

Não há o *mundo* – um mundo único – mas retalhos de homens e seres em semelhança de humanos, separados por regiões inabitáveis, como a zona tórrida devido ao excesso de calor e as zonas boreais devido ao excesso de frio, mas ainda por obstáculos formidáveis, fantásticos mesmo que com certa base real, suscitando o terror (o mar das Trevas, os desertos em ebulição). Até chegar ao Adamastor, que simboliza os perigos da navegação mas na sua figura conflui esse fundo antigo mítico e de pavor.⁸³

Digno de destaque é o fato de este mundo mítico, de símbolos e lendas, passar a habitar o campo da criação literária, não desaparecendo, dessa forma, do imaginário das Descobertas. Roland Barthes diz que “o mítico está presente por toda a parte onde *se fazem frases, onde se contam histórias*”⁸⁴, o que se amalgama com as palavras de Schlegel, que diz que “a mitologia e a poesia formam uma unidade, e são inseparáveis”⁸⁵.

O Gigante Adamastor, citado por Godinho, simboliza todas as mazelas enfrentadas pelos navegantes na busca de romper os mares do Atlântico. N’*Os Lusíadas*, vê-se a representação mítica do Cabo das Tormentas, ou da Boa Esperança. O monstro com *os olhos encovados, e a postura medonha e má*, com a figura *robusta e válida, de disforme e grandíssima estatura* surge no meio da noite, no limite entre o conhecido e o desconhecido:

Porém já cinco Sóis eram passados
Que dali nos partíramos, cortando
Os mares nunca de outrem navegados,
Prosperamente os ventos assoprando,

⁸³ Ibidem, p. 64.

⁸⁴ BARTHES, Roland et alii. *Atualidade do mito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 14.

⁸⁵ RUTHVEN, K. K. Op. Cit., p. 72.

Quando ãa noite, estando descuidados
 Na cortadora proa vigiando,
 Õa nuvem, que os ares escurece,
 Sobre nossas cabeças aparece.

Tão temerosa vinha e carregada,
 Que pôs nos corações um grande medo;
 Bramindo, o negro mar de longe brada,
 Como se desse em vão nalgum rochedo.
 “Ó Potestade (disse) sublimada:
 Que ameaço divino ou que segredo
 Este clima e este mar nos apresenta,
 Que mor cousa parece que tormenta?”

Não acabava, quando ãa figura
 Se nos mostra no ar, robusta e válida,
 De disforme e grandíssima estatura,
 O rosto carregado, a barba esquálida,
 Os olhos encovados, e a cor terrena e pálida;
 Cheios de terra e crespos os cabelos,
 A boca negra, os dentes amarelos.

Tão grande era de membros, que bem posso
 Certificar-te que este era o segundo
 De Rodes estranhíssimo Colosso,
 Que um dos sete milagres foi do mundo.
 Cum tom de voz nos fala horrendo e grosso
 Que pareceu sair do mar profundo.
 Arrepiam-se as carnes e o cabelo
 A mim e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo.⁸⁶

Em caráter profético, o Monstro horrendo diz a Vasco da Gama que vários portugueses irão sofrer e morrer ali, numa espécie de vingança prometida àqueles que ousarem desafiá-lo, isto é, passar para as terras do oriente:

Aqui espero tomar, se não me engano,
 De quem me descobriu suma vingança.
 E não se acabará só nisto o dano
 De vossa pertinace confiança:

Antes, em vossas naus vereis, cada ano,
 Se é verdade o que meu juízo alcança,
 Naufrágios, perdições de toda sorte,
 Que o menor mal de todos seja a morte!⁸⁷

Dois personagens merecem destaque na maldição profética do Adamastor:
 Bartolomeu Dias – o primeiro português a passar pelo cabo – e Manuel de Sousa

⁸⁶ CAMÕES, L. Op. Cit. (V, 37-40).

⁸⁷ Ibidem, (V, 44).

Sepúlveda. A Bartolomeu Dias, o “primeiro Ilustre, que a ventura / Com fama alta
fizer tocar os Céus”⁸⁸, o Gigante diz que será a “eterna e nova sepultura, / Por
juízos incógnitos de Deus”⁸⁹. Já para Sepúlveda o tormento será ainda maior,
chegando o discurso do tenebroso monstro a apresentar diversos vocábulos que
enaltecem as figuras Manuel de Sousa, Dona Leonor e filhos, na passagem em que
ele narra os suplícios aos quais todos serão condenados:

Outro também virá, de honrada fama,
Liberal, cavaleiro, enamorado,
E consigo trará a fermosa dama
Que Amor por grão mercê lhe terá dado.
Triste ventura e negro fado os chama
Neste terreno meu, que, duro e irado,
Os deixará dum cru naufrágio vivos,
Pera verem trabalhos excessivos.

Verão morrer com fome os filhos caros,
Em tanto amor gerados e nascidos;
Verão os Cafres, ásperos e avaros,
Tirar à linda dama seus vestidos;
Os cristalinos membros e perclaros
À calma, ao frio, ao ar verão despídos,
Despois de ter pisada, longamente,
Cos delicados pés a areia ardente.

E verão mais os olhos que escaparem
De tanto mal, de tanta desventura,
Os dous amantes míseros ficarem
Na fêrvida e implacável espessura.
Ali, despois que as pedras abrandarem
Com lágrimas de dor, de mágoa pura,
Abraçados, as almas soltarão
Da fermosa e misérrima prisão.⁹⁰

Os extraordinários suplícios profetizados por Adamastor – a morte dos
filhos, a humilhação sofrida por D. Leonor, que fora deixada nua pelos cafres –
elevam a morte a um status de redenção, pois é somente por ela que há a cessação
do corpo de toda a agonia. No episódio camoniano, o casal libertar-se-ia de seu
sofrimento em uma imagem tocante e romântica: *com lágrimas de dor, de mágoa
pura e abraçados*, numa representação eufêmica do triste fim de Sepúlveda e da
sua família. Dentro desse “*mito* de glosa aparentemente inesgotável”⁹¹, no qual
Manuel de Sousa Sepúlveda aparece geralmente ligado ao Gigante Adamastor, o

⁸⁸ Ibidem, (V, 45).

⁸⁹ Ibidem, (V, 45).

⁹⁰ Ibidem, (V, 46-48).

⁹¹ LOURENÇO, E. (1997), p. 140.

seu infortúnio pode ser visto em diversas composições poéticas, dramáticas e narrativas, espalhando-se por vários países e tendências literárias. Sobre a propagação de mitos através da literatura, Pandolfo desenvolve a ideia da pluralidade do texto e o constante diálogo que este propicia, acentuando-se

a ideia gerativa de que o texto se faz num trabalho de perpétuo entrelaçamento de significantes, num diálogo permanente com outros textos anteriores, sincrônicos e até posteriores, pois o Leitor coparticipa desta produção, trazendo para a sua leitura o concurso de textos com que a confronta e à luz dos quais lhe descobre sentidos.⁹²

A concepção intertextual acaba por afirmar que “*os mitos se pensam entre si, se respondem e se correspondem, transformam-se, invertem-se: um é o verdadeiro contexto do outro, este um e outro multiplicando-se ao infinito*”⁹³.

Bocage, poeta árcade português, recupera tal mito, demonstrando uma “confessada influência da história trágica de Sepúlveda, como quando reflecte, poeticamente, sobre a concretização das maldições de Adamastor”⁹⁴:

Adamastor cruel! De teus furores
Quantas vezes me lembro horrorizado!
Ó monstro! Quantas vezes tens tragado
Do soberbo Oriente os domadores!

Parece-me que entregue a vis traidores
Estou vendo Sepúlveda afamado,
Co'a esposa e co'os filhinhos abraçado,
Qual Mavorte com Vénus e os Amores.

Parece-me que vejo o triste esposo,
Perdida a tenra prole e a bela dama,
Às garras dos leões correr furioso.

Bem te vingaste em nós do afoito Gama!
Pelos nossos desastres és famoso:
Maldito Adamastor! Maldita fama!⁹⁵

Outra remissão ao episódio de Adamastor pode ser vista no poema de Almeida Garrett, *Camões*, publicado em 1825, em Paris, e considerado o texto fundador do romantismo português. Influenciada pelo poema épico camoniano, a “narração segue de perto a estrutura d’*Os Lusíadas*: começa *in medias res* (...), exige uma retrospectiva que recupere o passado da história que é elaborada por

⁹² PANDOLFO, M. Op. Cit., p. 14.

⁹³ Ibidem, p. 14.

⁹⁴ MARTINS. Op. Cit., p. 96.

⁹⁵ BOCAGE, Manuel du. *Sonetos*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 102.

um narrador diegético perante um destinatário do mesmo nível diegético”⁹⁶. A obra garrettiana apresenta dez cantos em decassílabos brancos; nela temos o poeta *de experiências feito* retornado a Portugal. Nos seus cantos surge o episódio do Adamastor, em clara alusão a *Os Lusíadas*, em que o Gigante amaldiçoa tanto Bartolomeu Dias quanto D. Leonor e Sepúlveda. Digna de destaque é a paráfrase que Garrett faz da epopeia de Luís de Camões: em vez do verso *Que o menor mal de todos seja a morte!*, vê-se *Morte é o menor dos males que vos guardo*. A utilização de versos quase idênticos aos d’*Os Lusíadas* é algo frequente na obra em questão, confirmando, assim, a intenção de produzir um poema que estivesse em sintonia com os preceitos poéticos camonianos. Nota-se que, enquanto n’*Os Lusíadas* Adamastor se vai enternecendo ao narrar o episódio dos Sepúlveda, sobretudo quando se refere a D. Leonor, Garrett, em *Camões*, os engloba na ameaça:

Sim, vencereis; mas a vitória cara
Tem de custar-vos. Inimigo eterno,
Aqui em meu tremendo promontório
Vos espero; aqui áspera vingança
Do que me descobriu tomarei. – Morte,
Morte é o menor dos males que vos guardo.
Nem da beldade as lágrimas formosas,
Nem suspiros d’amor, nem ais carpidos
De maternal ternura hão-de amolgar-me...⁹⁷

Percebe-se, portanto, uma estreita ligação entre a Literatura e a perpetuação dos mitos, corroborando a opinião de Pandolfo sobre “a importância da literatura como veículo de transmissão de mitos, atestando sua sobrevivência”⁹⁸. A tragédia sofrida por Sepúlveda – e a sua ligação com Adamastor –, em que nos deteremos adiante nesta tese, torna-o um herói desafortunado, que naufragou em um Oceano que, como diz o escritor Diogo do Couto, se “em vez de água, fosse antes uma estrada, estaria toda calçada de ossos de Portugueses, perdidos em tão perigosa viagem”⁹⁹. Sepúlveda transforma-se para os portugueses em modelo de herói

⁹⁶ Cf. texto introdutório de *Camões* In: GARRETT, Almeida. *Camões de Almeida Garrett*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1985, p. 28.

⁹⁷ GARRETT, Almeida. *Camões de Almeida Garrett*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1985, p. 111.

⁹⁸ PANDOLFO, M. Op. Cit., p. 41.

⁹⁹ Cf. MARTINS, J. Op. Cit., p. 75.

trágico, “movendo-se para uma esfera tal em que se torna passível de ser mitologizado”¹⁰⁰.

¹⁰⁰ CAMPBELL, J. Op. Cit., p. 29.